



22/06/2011 - 16h33

Proposta amplia período proibitivo de queimadas

Da Redação

O Comitê de Gestão do Fogo aprovou a proposta do secretário de Estado do Meio Ambiente, Alexander Torres Maia, que amplia o período proibitivo para queimadas em Mato Grosso, para 1º de julho a 15 de outubro. Normalmente, a restrição ao uso do fogo no Estado vai de 15 de julho a 15 de setembro, período em que devido a estiagem, as condições climáticas na Região Centro Oeste se tornam críticas com a seca, intenso calor, ventos fortes e baixa umidade relativa do ar. A decisão foi tomada na manhã desta quarta-feira (22.06), durante reunião extraordinária do Comitê, realizada no Auditório Jatobá, do Parque Estadual Massairo Okamura. Agora, a proposta será encaminhada para apreciação e decisão do Governador Silval Barbosa.

Durante a reunião, o secretário de Meio Ambiente falou sobre a greve que atinge parcialmente os servidores de carreira do órgão ambiental e disse que está solicitando, justamente em razão da proximidade do período produtivo, que sejam mantidos os 30% de servidores em atividade, como determina a lei em alguns casos. “Esse efetivo será mobilizado especialmente na fiscalização, garantindo a execução do planejamento feito para o período e, conseqüentemente, uma melhor qualidade do ar para a população”, explicou Alexander Maia.

De acordo com o secretário, este ano o Governo priorizou as ações de caráter preventivo. “Desde novembro do ano passado a Sema e os demais órgãos do governo envolvidos na prevenção, monitoramento e fiscalização vem trabalhando em uma série de ações com o objetivo de capacitar brigadistas, conscientizar a população e implementar ações preventivas a fim de evitar que o fogo aconteça. “O combate direto é inviável em função de limitações como o tamanho da linha de fogo, o número de homens, equipamentos, e outros. Ou seja, quando o incêndio florestal começa é difícil contê-lo. Portanto, não podemos deixar que ele (o fogo) comece e isso só será possível com a conscientização da população e a união de esforços entre os órgãos”.

Para viabilizar as ações o Governo, em parceria com o Ministério Público do Estado (MPE), a Assembleia Legislativa de Mato Grosso (AL-MT), o Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJ-MT), Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT), Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) e o Comitê Estadual de Gestão do Fogo, lançou em maio o Programa Integrado “Mato Grosso Unido Contra as Queimadas”, que propõe uma união de esforços visando ações preventivas de educação ambiental envolvendo os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, nas esferas estadual e municipal, e representantes da sociedade civil. O objetivo é levar à população informações sobre os malefícios do uso indiscriminado do fogo, nas áreas rurais e urbanas, e sua respectiva responsabilização.